



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

EDUCAR PARA PERTENCER: TERRITORIALIDADES NEGRAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA AMAZÔNIA EM CONTEXTOS URBANOS PERIFÉRICOS EM ESCOLAS DA ZONA LESTE DE PORTO VELHO-RO

Márcia Ramos Martins¹

Marcelo Barros Pereira²

Gustavo Henrique de Abreu Silva³

(X) Apresentação Oral (GT)

() Exposição de Banner

GT 9: PENSAMENTO CRÍTICO, ANTI-HEGEMONIAS E DIVERSIDADES NA GEOGRAFIA POLÍTICA

RESUMO

O presente estudo tem como objeto de investigação o ensino de Geografia no Ensino Médio, com foco na abordagem das territorialidades negras no contexto amazônico, tomando a Lei nº 10.639/2003 como marco das políticas educacionais voltadas à valorização da diversidade étnico-racial. Parte-se do entendimento de que o currículo escolar constitui um espaço de disputas simbólicas, políticas e territoriais, no qual determinadas narrativas espaciais são legitimadas, enquanto outras, especialmente aquelas relacionadas às populações negras, permanecem historicamente invisibilizadas. Apesar dos avanços normativos, observa-se que a efetivação da referida legislação no ensino de Geografia ainda ocorre de forma fragmentada e, por vezes, folclorizada, sobretudo na Amazônia, região atravessada por múltiplas territorialidades negras silenciadas pelos discursos espaciais hegemônicos e colonizadores. O problema de pesquisa consiste em compreender de que maneira o ensino de Geografia tem incorporado, ou negligenciado, as territorialidades negras como dimensão constitutiva da produção social do espaço amazônico e em que medida essa abordagem contribui para a construção do pertencimento e do reconhecimento identitário. A pesquisa se insere no campo da Geografia Política Crítica, dialogando com o pensamento geográfico crítico e com perspectivas anti-hegemônicas, ao articular educação, território e diversidade como eixos centrais da análise curricular.

Palavras-chave: Amazônia; Currículo escolar; Educação antirracista; Geografia escolar; Territorialidades negras.

INTRODUÇÃO

¹ Licenciada em Letras Português/UNIPPEC-RO. Mestranda em Geografia/ Universidade Federal de Rondônia- UNIR. marciamartins@seduc.ro.gov.br

² Graduado em Arquitetura e Urbanismo/UNIRON. Mestrando em Geografia/ Universidade Federal de Rondônia- UNIR. marcelo.barroz98@gmail.com

³ Prof. Dr. Gustavo Henrique de Abreu Silva: Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. gustavo.abreu@unir.br



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

A educação escolar desempenha papel fundamental na produção de sentidos sobre o espaço, o território e as identidades sociais, especialmente por meio dos currículos, compreendido como um campo político de disputas e seleções de saberes. No ensino de Geografia, tais disputas tendem a se manifestar na forma como determinados sujeitos e territorialidades são valorizados ou silenciados, contribuindo para a reprodução de hierarquias raciais e epistemológicas. Nesse sentido, a Lei nº 10.639/2003 representa um marco importante ao instituir a obrigatoriedade do ensino de história e Cultura Afro-Brasileira, tensionando currículos historicamente eurocentrados e abrindo possibilidades para a construção de práticas educativas antirracistas, que reconheçam o território como espaço de poder e disputa social.

Sob essa ótica, o ensino de Geografia, ao tratar o território como construção social, pode contribuir para o fortalecimento das territorialidades negras, promovendo pertencimento, identidade e consciência espacial crítica. Nessa perspectiva, Milton Santos compreende o território como espaço vivido e apropriado socialmente, afirmando que “o território usado é o chão mais a identidade” (SANTOS; SILVEIRA, 2001), o que permite reconhecer as experiências negras como constitutivas da produção social do espaço amazônico. Além disso, ao destacar que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 1996), o autor evidencia que o território é atravessado por relações desiguais de poder, ressaltando que sua análise deve considerar a dimensão política e social do espaço, aspecto fundamental para compreender as territorialidades negras historicamente marcadas por processos de exclusão, resistência e reinvenção.

Observa-se que a permanência de hierarquias que impedem a plena fruição de diferentes territorialidades encontra explicação no que Quijano (2005) denomina de colonialidade do poder. Segundo o autor, essa estrutura organiza a sociedade por meio de distinções raciais que desvalorizam saberes de grupos específicos, podendo se perpetuar em contextos contemporâneos. Ao transpor essa realidade para o âmbito escolar, a exclusão de narrativas negras nas matrizes curriculares atua como um mecanismo de reforço dessa lógica, resultando na negação do pertencimento e no aprofundamento das barreiras simbólicas de exclusão na educação.

No contexto amazônico, essa problemática ganha densidade, pois as narrativas hegemônicas sobre a região tendem a invisibilizar as populações negras e suas territorialidades. Sob a perspectiva de Munanga (2005), esse silenciamento configura um racismo simbólico que encontra eco na estrutura escolar, especialmente quando a negligência curricular impede o reconhecimento das experiências negras como elementos constitutivos da produção social e cultural do espaço amazônico.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar de que maneira o ensino de Geografia no Ensino Médio tem abordado as territorialidades negras na Amazônia, enfatizando sua contribuição para a construção do pertencimento e do reconhecimento identitário em contextos historicamente marcados por desigualdades territoriais. O problema central da pesquisa consiste em compreender em que medida

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

a Geografia escolar contribui para o reconhecimento identitário e para a valorização da diversidade étnico-racial, tensionando hegemonias curriculares e epistemológicas ainda presentes no campo educacional. A pesquisa se desenvolverá a partir de uma análise crítica do currículo e de materiais didáticos, articulando educação, território, política e diversidade como eixos centrais da investigação.

METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-documental, situada na intersecção entre a Geografia Política e a educação geográfica crítica. O referencial teórico é construído a partir de uma revisão bibliográfica sistemática sobre colonialidade, currículo e território, com foco nas contribuições de Quijano (2005), Munanga (2005), Gomes (2017) e Massey (2008), além de expoentes da Geografia crítica brasileira. Toda via, é adotada a análise documental para o exame de legislações e diretrizes educacionais, com ênfase na Lei nº 10.639/2003, buscando tensionar o texto normativo com a realidade das práticas pedagógicas.

O percurso metodológico está estruturado em três etapas: levantamento bibliográfico, leitura analítica e sistematização das produções acadêmicas. O objetivo é identificar como as territorialidades negras são articuladas, ou silenciadas, no currículo da Geografia escolar amazônica. A análise é conduzida sob uma perspectiva decolonial, o que permite relacionar os conceitos geográficos à produção social do espaço na Amazônia.

A responsabilidade intelectual pelo conteúdo é integralmente da autora, assegurando o rigor ético e a originalidade exigidos pela pesquisa científica.

ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise teórica evidencia que a inserção das territorialidades negras no ensino de Geografia ainda ocorre de forma limitada, marcada por abordagens fragmentadas e pouco articuladas às dinâmicas espaciais contemporâneas. Tal limitação é resultado da permanência de hegemonias curriculares que hierarquizam saberes e experiências, conforme aponta Quijano (2005) ao discutir a colonialidade do conhecimento. No âmbito da Geografia escolar, essa hegemonia se expressa na priorização de conteúdos que desconsideram a multiplicidade de trajetórias que constituem o espaço amazônico.

Sob a perspectiva da Geografia Crítica, essa lacuna é tensionada pela compreensão de Milton Santos (1996), que define o território não como um objeto em si, mas pelo seu uso. Para o autor, o “território usado” constitui o “chão mais a identidade” (SANTOS; SILVEIRA, 2001), o que revela que as territorialidades negras na Amazônia são formas de resistência e de apropriação social que dão sentido ao espaço. Nesse sentido, este estudo adota uma abordagem qualitativa de base crítica-humanística, articulando o conceito de território usado à noção de lugar vivido, a fim

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

de compreender as territorialidades negras como experiências espaciais construídas no cotidiano escolar e urbano periférico. Adicionalmente, a abordagem humanística de Buttimer (1980) contribui para essa análise ao compreender o lugar como dimensão central da experiência humana, uma vez que “o lugar emerge como o contexto vivido no qual valores, significados e identidades são continuamente construídos nas práticas cotidianas” (BUTTIMER, 1980). Para a autora, o território não se reduz à sua materialidade, mas envolve vínculos afetivos e simbólicos que estruturam o pertencimento, o que reforça a necessidade de o currículo geográfico reconhecer os significados existenciais, culturais e narrativos das populações negras no território amazônico.

De acordo com Massey (2008), o espaço deve ser compreendido como relacional e atravessado por múltiplas histórias, o que implica reconhecer as experiências negras como parte constitutiva da produção espacial. No entanto, essa compreensão ainda encontra resistência nas matrizes curriculares. A superação dessas limitações exige uma revisão crítica do currículo, pois, como afirma Gomes (2017), não há educação antirracista sem o enfrentamento das estruturas que naturalizam desigualdades e silenciam identidades.

Nesse sentido, a Geografia escolar apresenta potencial para promover o pertencimento e o reconhecimento identitário ao articular território, cultura e experiência vivida (SANTOS, 2006; CAVALCANTI, 2012). Assim, os resultados parciais indicam que a incorporação das territorialidades negras, fundamentada tanto na dimensão política do território usado quanto na dimensão existencial do lugar, contribui significativamente para uma educação inclusiva e socialmente referenciada na Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que a valorização das territorialidades negras no ensino de Geografia constitui um desafio central para a efetivação da Lei nº 10.639/2003, especialmente no contexto amazônico. A permanência de hegemonias curriculares baseadas na colonialidade do poder reforça processos de invisibilização e compromete a construção do pertencimento no espaço escolar, ao desvincular a história dos sujeitos do território que habitam.

Contudo pode ser constatado que a Geografia, enquanto campo de conhecimento e prática pedagógica, possui papel estratégico na promoção de uma educação antirracista. Ao resgatar o conceito de território como espaço usado e vivido, a disciplina possibilita leituras críticas que reconhecem a pluralidade de sujeitos na produção do espaço amazônico. Portanto, a inclusão das territorialidades negras no currículo não se limita a uma exigência legal, mas configura um ato de justiça epistêmica. O fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade étnico-racial é evidenciado como fundamental para tensionar estruturas excludentes, garantindo que o “educar para pertencer” se materialize em uma educação mais justa, democrática e representativa da realidade brasileira.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongeo2026@unir.br
📱 @vcongeo2026
🌐 vcongeo2026.unir.br
🔗 www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BUTTIMER, A. Home, reach, and the sense of place. In: BUTTIMER, A.; SEAMON, D. (orgs.). The human experience of space and place. London: Croom Helm, 1980. p. 166-187.

CAVALCANTI, L. de S. O ensino de Geografia na escola. Campinas: Papirus, 2012.

GOMES, N. L. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

MASSEY, D. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. A Pedagogia do Geógrafo. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

vcongeo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongéo-638599/